

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

12 abr 2017 | O Globo

André de Souza, Carolina Brígido, Eduardo Bresciani, Jailton de Carvalho, Leticia Fernandes e Renata Mariz

MANDATÁRIOS Todos os ex-presidentes vivos são mencionados

Relator da Lava-Jato no STF encaminha 201 petições para que instâncias inferiores decidam se abrem ou não investigação

-BRASÍLIA- A delação da Odebrecht alcançou os cinco ex-presidentes da República, eleitos depois da ditadura militar, que ainda estão vivos: Dilma Rousseff (PT), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Fernando Collor (PTC) e José Sarney (PMDB). Apenas Collor tem direito ao foro especial no Supremo Tribunal Federal (STF), onde foi aberto mais um inquérito contra ele. Como os outros não ocupam cargo público, o relator da Lava-Jato no STF, ministro Edson Fachin, determinou o envio de indícios contra os quatro a outras instâncias do Judiciário. A delação também atingiu 12 governadores — entre eles, o do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão.



GIVALDO BARBOSA/18-12-2014

Sarney. Suspeita em análise na Justiça de GO

Ao todo, Fachin enviou 201 petições a outras instâncias do Judiciário. A decisão de abertura ou não de inquérito nestes casos dependerá da avaliação do tribunal designado.

Dos governadores citados pelos ex-executivos da Odebrecht, nove poderão ser investigados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que é o foro indicado para processar ocupantes do cargo. Além de Pezão, estão nessa lista Geraldo Alckmin, de São Paulo; Paulo Hartung, do Espírito Santo; Fernando Pimentel, de Minas Gerais; Beto Richa, do Paraná; Flávio Dino, do Maranhão; Marconi Perillo, de Goiás; Raimundo Colombo, de Santa Catarina; Marcelo Miranda, de Tocantins.

Outros três governadores citados já estão na lista de inquéritos abertos no STF por Fachin: Renan Calheiros Filho, de Alagoas; e Tião Viana, do Acre; Robinson Faria, do Rio Grande do Norte. Como os três são investigados em inquéritos que também têm parlamentares, ganharam, por tabela, o direito de serem processados na mais alta corte do país. Os ex-governadores do Rio Anthony Garotinho, Rosinha Garotinho e Sérgio Cabral também foram alvo de petições enviados a instâncias inferiores, por serem citados pelos ex-executivos da Odebrecht.

MAIS DE UMA PETIÇÃO POR POLÍTICO Os juízes que receberão o material decidirão se abrem ou não inquéritos para apurar os indícios apontados pelos delatores. Há seis petições sobre Lula encaminhadas à Justiça Federal em São Paulo e no Paraná, além do STJ.

Um dos casos envolve o suposto pagamento de mesada da Odebrecht a Frei Chico, um dos irmãos de Lula. A acusação está amparada nas delações dos ex-diretores da empreiteira Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho e Alexandrino de Salles Ramos Alencar. Segundo Alencar, a mesada era paga em dinheiro e eram de conhecimento do ex-presidente.

Segundo o MP, Emílio Odebrecht e Alexandrino Alencar contaram ainda que pediram ao ex-presidente Lula, quando Dilma Rousseff já era presidente, ajuda para "melhorar a relação" com a petista. Lula se comprometeu a ajudar, mas pediu em troca que a empreiteira ajudasse um novo negócio de seu filho caçula, Luís Cláudio Lula da Silva, chamado de "projeto Touchdown", associado à criação de liga de futebol americano no Brasil". Os delatores mencionam inclusive uma reunião entre Luís Cláudio e representantes da Odebrecht onde o filho de Lula apresentou o projeto à empresa.

Delatores, entre eles Emilio Odebrecht e Marcelo Odebrecht, relataram o pagamento de vantagens ao ex-presidente "como retribuição a favorecimento da companhia". Entre os agrados destinados ao ex-presidente, estão reformas em um sítio em Atibaia (SP), compra de imóveis para uso pessoal e para a instalação do Instituto Lula e pagamentos de palestras.

Dilma é personagem de duas petições, uma delas com fatos atrelados à suposta irregularidade do ex-ministro Edinho Silva, que hoje é prefeito, e tem direito ao foro no Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região. Em outra, encaminhada ao STF e à Justiça Federal do Paraná, Dilma é citada ao lado Antônio Palocci Filho, Guido Mantega e Luiz Inácio Lula da Silva. As relações da empreiteira com o governo federal e as doações para a campanha de 2014 são os temas dos pedidos de investigação.

O pedido se baseia na delação de Alexandrino de Salles Ramos de Alencar. "Relata o colaborador o pagamento de vantagens indevidas, não contabilizadas, no âmbito da campanha eleitoral de Dilma Vana Rousseff à Presidência da República no ano de 2014, sendo que tais repasses foram implementados por intermédio do assessor Manoel Araújo Sobrinho e a pedido de Edson Antônio Edinho da Silva (Edinho Silva)", escreveu Fachin.

A petição sobre Fernando Henrique foi enviada para a Justiça Federal em São Paulo. Em delação premiada, o dono da empreiteira que leva seu nome, Emílio Odebrecht, disse que pagou "vantagens indevidas, não contabilizadas", para abastecer a campanha eleitoral do ex-presidente tucano à Presidência da República em 1993 e 1997. O empresário não disse qual seria o valor repassado.

Diante do nome de Lula existe uma menção a Angola, que remete à suposta atuação junto ao BNDES com o objetivo de garantir a liberação de financiamentos para a realização de obras de engenharia no país africano.

SARNEY: SUSPEITAS NA VALEC No caso de José Sarney há acusações sobre o envolvimento em irregularidades na Valec, estatal da área de ferrovias do Ministério dos Transportes. Segundo delatores, havia desvio de 4% do valor do contrato da Ferrovia Norte-Sul para o pagamento de propina. Sarney ficava com 1% e Valdemar Costa Neto, principal dirigente do PR, com os outros 3%.



No caso do ex-presidente, ele seria representado no esquema por Ulisses Assada, então diretor de Engenharia da estatal. Fachin aceitou pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e repassou as informações relativas ao ex-presidente e demais investigados que não tem foro para a Justiça Federal de Goiás, onde já há inquérito aberto sobre o tema.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)